

Editorial

Com satisfação entregamos ao leitor esta 36ª edição da Revista *Avaliação*. Temos a esperança de que estamos, com mais estes textos, contribuindo para enriquecer o campo das reflexões e discussões sobre avaliação da/sobre educação superior.

Amir Limana e Márcia Regina Ferreira de Brito apresentam algumas bases conceituais da avaliação dinâmica do potencial de domínio da área - modelo que está subjacente ao ENADE. Discutem os diferentes modos como são entendidos conceitos amplamente utilizados nas avaliações, tais como habilidades, competências, valor agregado, análise de mudança, e como estes podem ser tratados longitudinalmente. Relativamente ao ENADE, tratam, ainda, da legislação, de procedimentos para a construção das provas e fazem algumas referências ao modelo estatístico de análise de mudança. **Vicente de Paula Almeida Jr.** tece considerações sobre a implementação da política de avaliação da educação superior brasileira, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, o principal pressuposto dessa política era a visão predominantemente economicista da educação superior, que privilegia a eficiência e a ligação funcional com o mercado de trabalho. Coerente com isso, o foco da avaliação naquele período considerava principalmente: a) o desempenho dos alunos e não as IES em sua globalidade; b) a realidade das IES em relação ao mercado educacional, e não em relação à sua natureza, pedagógica, política e ética; c) a qualidade dos produtos e não dos processos educacionais. Seguem-se dois textos que trazem o tema da pós-modernidade à reflexão educacional. **Pedro Goergen** reflete sobre a questão do tempo e do espaço, relacionada com a educação, partindo de Comenius, passando por Balzac e chegando à atual “modernidade líquida”. **Maria Lúcia Amorim Soares** também trata das rupturas da pós-modernidade e traz explicações sobre a emergência de novos fenômenos na vida social, especialmente das manifestações “neotribais”. A escolaridade sempre foi marcada por rituais de tempo e de espaço. A avaliação tem exercido um papel bastante claro na demarcação temporal e espacial das instituições e dos sistemas educativos. Tempos e territórios de provas e de exames; de entrada, permanência e saída; de aprovação, reprovação e seleção; de classificação e hierarquização. Porém, como ficam essas demarcações rígidas dos processos pedagógicos nestes tempos de “modernidade líquida” ou de “liquefação dos sólidos modernos”? Globalização e pós-modernidade, movidas especialmente pelas tecnologias de informação, romperam estruturas fixas de estadação e de decursos temporais mais ou menos lentos e bem definidos. Tempos e territórios perdem sua antiga rigidez, criam-se o movediço e o instantâneo. O texto de **Pedro Goergen** e o de **Maria Lúcia Amorim Soares**, por caminhos distintos mas de alguma forma se encontrando em vários pontos, trazem elementos importantes para os educadores a respeito do estranhamento da escola em relação ao mundo contemporâneo. A indiferença, a inadaptação e o alheamento da escola de todos os níveis relativamente às mudanças estonteantes do mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito às novas realidades fluidas e móveis, acabam produzindo, numa certa escala, o desinteresse e a indisciplina dos estudantes e, num outro patamar, podem engendrar as crises de identidade, a corrosão da comunidade e a emergência da “socialidade belicosa” das tribos e “neotribos”. As práticas pedagógicas e administrativas regularmente praticadas de acordo com as antigas categorias de tempo e espaço que estruturam a educação formal de todos os níveis pressupõem um

mundo quase imutável e passam a idéia de que tudo funciona como é preciso. O enfraquecimento das categorias de estado-nação e de nacionalidade e a conseqüente emergência de interdependências, criação de blocos regionais e organizações multilaterais produziram o fenômeno da educação transfronteiriça, fazendo surgir instituições e práticas educativas transnacionais e regulações e avaliações metanacionais. Esses temas deveriam estar nos horizontes mais próximos dos educadores e nas agendas da avaliação, como propõem esses autores. **Marcos Antonio Martins Lima** apresenta o percurso da avaliação da educação superior no Brasil, começando pelos processos da CAPES, passando por várias experiências governamentais e institucionais, até chegar no SINAES. **Marlis Morosini Polidori, Denise G. da Fonseca e Sara Fernanda Larrosa** partem do princípio de que as novas tecnologias aparecem como a base que permite a expansão do conhecimento e a quebra de paradigmas. Com o propósito de ampliar e facilitar o acesso, foram criados instrumentos para a comunidade acadêmica de sua instituição – Centro universitário Metodista/IPA – participar de forma *on line* na avaliação institucional. Esta forma de participação foi analisada no texto; contrariamente ao que era esperado, a participação *on line* foi menor que a das formas tradicionais. **Armando Terribili Filho e Hélia Sônia Raphael** apresentam os resultados de uma pesquisa que objetivou conhecer a opinião dos alunos sobre as principais causas de atraso e de faltas do estudante de cursos superiores noturnos, e que interferem no seu aproveitamento acadêmico e nos resultados das avaliações. Os fatores apontados como os mais importantes, quanto aos aspectos do entorno educacional, foram: transportes, trânsito, segurança pública e condições de alimentação, com impacto na sua condição físico-psíquica e no processo ensino-aprendizagem. O fator “estar bem disposto fisicamente” foi apontado o mais relevante entre os itens não diretamente relacionados à sala de aula. **Maria Elisabeth Pereira Kraemer** trabalha o tema da avaliação da aprendizagem. Para ela, a avaliação da aprendizagem possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, informando as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes. Propõe uma mudança de paradigma: da avaliação de resultados para uma avaliação de processo, da prática de prescrição para a descrição da aprendizagem. O último texto foi elaborado pela **Comissão de Avaliação (Câmara Sudeste) do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – Forext**. Trata-se de produção coletiva, organizado por **Maria da Consolação Gomes de Castro**, que apresenta os lineamentos gerais para o processo democrático e participativo de avaliação institucional da extensão universitária. A ênfase mais forte consiste em conceber a extensão como redefinidora da prática pedagógica, da articulação entre teoria e prática, da investigação e intervenção frente às exigências da sociedade, bem como pensar um outro ideário para a concretização da gestão da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Não somente a área de extensão é beneficiada com este texto; a contribuição é de grande valia para todo o sistema de avaliação, especialmente no que se refere à avaliação institucional e à consolidação da cultura de auto-reflexão, de participação, de responsabilidade social. Boa leitura!

Nossos agradecimentos aos assinantes e instituições que estão ajudando a manter esta revista, em alguns casos, desde 1996. Agradecimentos especiais a: UFRGS, UFSC, UEL, REDE UNIDA, UNICAMP, UNIEMP. Junho de 2005

José Dias Sobrinho - editor